

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RIOGRANDENSE – RELAÇÕES DE PODER E SUA REPRODUÇÃO NA ATUALIDADE

Angélica Kohls Schwanz
Arquiteta e Urbanista; Doutoranda PPGDR/Unisc; Bolsista Prosuc II/CAPES

Resumo

O trabalho aborda a formação territorial do Rio Grande do Sul, destacando as relações de poder estabelecidas ainda nos séculos XVIII e XIX e sua correspondência com a atualidade, considerando o território como uma produção sobre o espaço preexistente e, como toda produção devido às relações que envolve, inscrito em um campo de poder. Seguindo a linha de pensamento de Milton Santos, para quem o território é o resultado da acumulação de diversos tempos históricos, com vestígios materiais, mas também como local das trocas, dos saberes e fazeres, da cultura, enfim, da vida que o anima, identificar quais relações foram estabelecidas e como permanecem na atualidade. O estudo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica do histórico da formação territorial riograndense e dos referenciais teóricos que versam sobre espaço, território e região, bem como da consulta aos dados secundários do IBGE, da FEE e do Atlas socioeconômico do RS. Como conclusão percebe-se que, em um período em que as diferenças/desigualdades entre as regiões não devem ser vistas como empecilhos ao desenvolvimento, mas sim como atributos particulares de cada uma, a metade sul que teve sua formação territorial vinculada às grandes propriedades e concentração do capital, se apresenta como um caso bastante complexo para se pensar alternativas ao desenvolvimento, enquanto apresenta índices de desenvolvimento menores que os da região norte do estado, tanto no que se refere aos indicadores econômicos, quanto humanos e sociais .

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Desenvolvimento regional. Formação territorial. Região.

Introdução

A formação do território riograndense foi profundamente marcada pelas relações de poder estabelecidas durante os séculos XVIII e XIX, período em que se intensificou a ocupação espacial do estado. Considerando o território como uma produção sobre o espaço preexistente e, como toda produção devido às relações que envolve, inscrita em um campo de poder. Mas que além disso, de acordo com o pensamento de Milton Santos, é o resultado da acumulação de diversos tempos históricos, com vestígios materiais, mas também como local das trocas, dos saberes e fazeres, da cultura, enfim, da vida que o anima, este trabalho busca identificar essas relações estabelecidas durante a formação territorial do estado sulino e como influenciam ou determinam o desenvolvimento das regiões nos dias atuais.

A ocupação do território riograndense foi resultado das constantes disputas entre as coroas portuguesa e espanhola e legitimada por um grupo hegemônico que, através da dominação econômica e espacial do sul do continente, produziu um espaço marcado pelo latifúndio, pela grande concentração de renda e profundas desigualdades sociais. Procura-se assim, a partir desse estudo entender, no contexto do Rio Grande do Sul e em meio aos conflitos entre o local e o global, a importância da região e da regionalização para o desenvolvimento em países periféricos, como o Brasil.

O estudo foi elaborado a partir de uma revisão do histórico da formação territorial riograndense embasado em Pesavento (1994), Golin (2002) e Daronco (2006) e dos referenciais teóricos que versam sobre espaço, território e região, com contribuições de Santos (1982, 1994, 1999 e 2004), Raffestin (1993), Etges (2001), Limonad (2004) e Harvey (2005) bem como da consulta aos dados secundários do IBGE, da FEE e do Atlas socioeconômico do RS.

O artigo está estruturado da seguinte forma: esta introdução, uma primeira parte que trata da formação territorial do RS; uma segunda parte que discute os conceitos de espaço, território e região no contexto do desenvolvimento regional, já articulados com as diferenças regionais riograndenses e a terceira que trata das considerações finais.

1. A formação do território riograndense – disputa e poder

A ocupação do Rio Grande do Sul aconteceu de forma tardia em relação ao restante do Brasil. Através das expedições litorâneas para exploração do pau-brasil, ao final do século XVI os colonizadores voltaram seus olhares para esta área, mas a ocupação efetiva se deu somente a partir do século XVII, como estratégia de defesa e expansão colonizadora. Em um primeiro momento pelos jesuítas portugueses, a partir de 1605 – ocupação que não vingou - e em seguida pelos jesuítas espanhóis, por volta de 1626. As Missões Espanholas, vindas do Paraguai devido aos ataques dos bandeirantes paulistas em busca de mão de obra indígena,

se estabeleceram em terras na zona do Tape, se estendendo até a zona de Ijuí, Piratini, Taquari, Ibicui, Guaíba e Rio Pardo, onde foram assentadas grandes estâncias de gado.

De acordo com Pesavento (1994), os bandeirantes em busca dos indígenas adentraram a região e por volta de 1640, fizeram com que os jesuítas abandonassem a área e ocupassem a outra margem do Rio Uruguai, ficando o gado livre e se reproduzindo, o que deu origem à chamada “Vacaria do Mar”. Essa grande quantidade de gado serviu de base à economia gaúcha àquela época.

Após o fim do domínio espanhol, Portugal se volta para o Brasil, principalmente para as áreas ainda não exploradas, o Sul. O gado criado solto virou mercadoria tanto para exportação do couro para a Europa por Buenos Aires e Colônia do Sacramento, como para “indivíduos sem rei, sem fé e sem lei” que vaqueavam o gado e vendiam para quem lhes pagasse mais. Essa movimentação chamou a atenção para esta região e a partir de 1682, os jesuítas espanhóis voltaram a ocupa-la, fundando os Sete Povos das Missões, com estâncias de criação de gado e áreas de produção de erva-mate. “Os Sete Povos marcaram o estabelecimento da fronteira política entre os dois impérios, o lusitano e o espanhol” (DARONCO, 2006, p. 22).

Para Tau Golin

Historicamente, o colonialismo português implantou seu primeiro enclave avançado nas margens do Rio da Prata, na Colônia do Sacramento (1680), o qual representava o nexu fundante de uma expansão gradativa, onde estiveram combinadas as ações do Estado com o movimento espontâneo. Após a fixação desse primeiro reduto, o Estado colonial estabeleceu o segundo, em Laguna (1686), e o terceiro em Rio Grande (1737). Entre eles centenas de quilômetros (2002, p. 49).

Estes enclaves estabeleceram a estratégia de expansão do domínio territorial ao sul do continente, configurando esta região como campo de disputas entre as coroas espanhola e portuguesa.

Os Sete Povos se tornaram importantes centros de produção da erva-mate e criação de gado, além de trabalhos em metalurgia, fiação, tecelagem e arte (PESAVENTO, 1994), o que fez com que durante o século XVIII essas reduções fossem praticamente independentes, tanto da coroa lusitana quanto espanhola, que lutavam pela posse das terras de fronteira. Enquanto a historiografia tradicional apresenta esta região com um discurso de unidade, outras correntes propõe uma visão a partir dos sujeitos subalternizados (indígenas) e seu papel de resistência às forças hegemônicas, segundo estas últimas, essa área se constituía em ameaça às coroas, tendo sido colocada em pauta no Tratado de Madri em 1750 e palco das guerras guaraníticas entre 1754-56¹.

¹ Pode-se considerar a formação das identidades a partir da ideia de que elas são formadas em um processo de construção social, posto pelas relações de poder e se constituem como um ato de poder

Em 1726 a Coroa Portuguesa concedeu a primeira sesmaria a Manoel Gonçalves Dias Ribeiro em Tramandaí, onde surgiram as primeiras estâncias de criação de gado, que serviam para abastecer as charqueadas, estabelecendo a expansão rumo ao sul do continente. Em 1737 foi fundado o Forte Jesus Maria José (hoje Rio Grande), que servia de apoio para a extensa viagem até Sacramento, além de ligação entre a Lagoa dos Patos e rios que davam acesso às terras do interior (DARONCO, 2006), marcando definitivamente a ocupação territorial pela coroa portuguesa de forma tardia em relação ao restante do país, mas com objetivos claramente definidos.

A partir de 1780, devido às secas no Nordeste do Brasil, a organização das charqueadas alterou o sistema econômico no extremo sul, de exploratório e predatório à “industrial” e em larga escala, fomentando as relações escravistas e intensificando as relações comerciais do Sul com os grandes centros consumidores do Sudeste e Nordeste do Brasil. A produção do charque nesta região foi importante propulsor, já que o Porto de Rio Grande facilitava sua exportação, assim como a crise enfrentada pelos saladeiros na região do Prata, o que fez com que a região experimentasse um desenvolvimento desigual, entre as cidades de Rio Grande, Bagé e Pelotas (porto, estâncias de criação e charqueadas) e a metade Norte, que mantinha a ocupação militar de forma lenta, principalmente a partir das Missões enquanto que outras áreas, como o Planalto Médio e Alto Uruguai permaneciam ocupadas pelos nativos.

Ao mesmo tempo em que as charqueadas prosperavam ao Sul, a coroa portuguesa estimulou a vinda de portugueses das ilhas de Açores e Madeira, com o intuito de povoar a região das Missões, que havia ficado para o Império Português por conta do Tratado de Madri em troca da Colônia do Sacramento. O acordo sofreu resistência principalmente pelos Jesuítas Espanhóis, resultando na Guerra Guaranítica que junto ao fracasso do Tratado de Madri, manteve as Missões nas mãos dos espanhóis, o que dificultou a instalação dos açorianos na área, e estes foram enviados a “São Francisco dos Casais – atual Porto Alegre, Viamão e mais tarde Rio Pardo e Santo Amaro” (DARONCO, 2006, p. 25), região de produção de trigo que era exportado pelo Porto de Rio Grande.

O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, definiu novas fronteiras entre o território do atual Rio Grande do Sul e as províncias do Prata, assim como intensificou a distribuição de sesmarias aos militares fieis à coroa, forjando as figuras do estancieiro chefe militar e de seus peões, tendo defesa e economia como instrumentos de territorialização e fortalecimento do Império.

(CASTELLS, 1999; HALL, 2008), neste caso com forte base territorial; Constituindo-se assim em uma Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a este último. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Nesse contexto, a economia do charque permaneceu por cerca de um século, afirmando o caráter explorador do sistema escravista e a hegemonia política e econômica da região sul do estado, “porém, vencida a fase de acumulação primitiva de capitais” as bases que sustentavam o colonialismo tornaram-se “um entrave à constituição plena do capitalismo nas economias centrais” (PESAVENTO, 1994, p. 35).

Deste modo a ocupação do território riograndense se deu entre duas forças, a econômica e a militar, assim como a partir de duas bases econômicas distintas, ao sul a “indústria”² do charque e ao norte, a criação de muares, exportação do gado, extrativismo e agricultura, ainda que de forma desestruturada e esparsa.

No início do século XIX, A vinda da família real e a consequente abertura dos portos às nações parceiras, como Inglaterra e Estados Unidos, causou instabilidade na economia agrícola da região meridional e agravou ainda mais esse sistema instável e encaminhou o processo de independência. A dificuldade do Brasil se inserir nos mercados internacionais se dava, em grande parte, pelo sistema escravista e monopolizado estar em desacordo com as tendências de aumento de produtividade, aplicação da ciência e da tecnologia que “exigiam tanto a abertura de mercados quanto a difusão de relações assalariadas de produção” (PESAVENTO, 1994, p. 35).

A eclosão da Revolução Farroupilha, com ecos em outras regiões do país, expôs a insatisfação dos charqueadores com o poder centralizador das elites cafeeiras, e foi “marcada pela presença de ideias federativas e republicanas”. Porém, longe de ser um movimento de vanguarda, a revolução representava a luta pela manutenção do latifúndio escravista, que na contramão da industrialização perdia espaço para os “Saladeros” do Prata - com mão de obra assalariada- e pela perda da mão de obra escrava para as fazendas de café. A aprovação da Lei de terras em 1850, privilegiando as elites rompeu “o circuito de doações e concessões realizadas pelo governo” fortaleceu a hegemonia dos latifundiários, ao mesmo tempo que freou o processo de “colonização e democratização da propriedade fundiária” (DARONCO, 2006, p. 29). Impondo-se assim, o modelo predominante de acumulação de riquezas ao Sul do Brasil.

É nesse cenário de disputas pela terra que começa a se configurar o que hoje representa o território do Rio Grande do Sul. É possível identificar a partir do descrito acima, três áreas distintas: a Região Norte marcada pelas constantes lutas pela definição das fronteiras desde o princípio da colonização, a primeira a ser ocupada, mas povoada tardiamente; a Região Sul,

² Apesar da denominação “indústria do charque”, a mesma não se constituía em uma base tecnológica, e sim na exploração da mão de obra escrava. Além disso a economia sulina estava subordinada às decisões centrais e a expansão das lavouras de café aceleraram a crise charqueadora.

área de campos, marcada pelos latifúndios remanescentes das Charqueadas, caracterizada pelas grandes extensões de terra e a baixa densidade populacional; e uma terceira, nas encostas inferior e superior do Nordeste do Planalto Meridional, região marcada pela diversificação da produção, com a vinda dos imigrantes europeus, principalmente os italianos, a partir de 1870.

Três formas de ocupação que determinaram o desenvolvimento dessas regiões e considerando que “as épocas se sucedem umas às outras sem interrupção e ao mesmo tempo que se impõem, guardam vestígios do passado” (SANTOS, 1999, p. 7), vestígios esses que são as marcas da apropriação espacial pelos diversos grupos, constituindo assim, diferentes territorialidades, que nos dias atuais, com o acirramento do capitalismo reproduzem em certa medida os processos iniciados no passado, tanto no que se refere a questão fundiária, quanto às desigualdades sociais.

2. Espaço, Território e Região como categorias de análise no contexto do desenvolvimento regional

A partir do exposto anteriormente, para compreender a formação do território Riograndense e suas implicações na atualidade, faz-se necessário definir os conceitos de espaço, território e região. Essa distinção é importante na medida em que esses conceitos são discutidos sob diferentes interpretações e se colocam em conflito com o avanço dos processos de globalização.

Em um primeiro momento, quando uma visão mais pragmática e cartesiana predominava, o espaço era percebido como uma abstração. Em seguida, com a Geografia Crítica, o espaço geográfico passou a ser pensado a partir de uma visão de domínio da natureza pelo homem, a natureza servia ao homem. Já o território, primeiramente apropriado pelas ciências naturais, era então definido como o domínio das espécies naturais sobre determinada área.

A partir do movimento ambientalista (década de 1970), o ser humano passou a ser visto gradativamente como parte da natureza e, portanto, como agente transformador da mesma. Assim, ao mesmo tempo em que o meio molda a cultura e os hábitos, ele também é transformado por essa cultura, produzindo a apropriação deste espaço, ou seja, a territorialização. Importante destacar que os diferentes grupos se apropriam do espaço, constroem territorialidades diversas e estabelecem relações através das quais se identificam como grupo e se diferenciam de outros. Nesse sentido, Milton Santos (1994) reforça que não é o território em si mesmo o objeto da análise social e sim o uso do território, portanto uma categoria em constante atualização.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Já para Raffestin o espaço seria o “Local’ de possibilidades [...] a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 17). O território nessa perspectiva seria uma produção a partir do espaço preexistente e por esse motivo se constituiria num campo de poder.

O território então, é produzido a partir de uma realidade existente, é apropriado seja pelo Estado, por uma empresa ou pelos indivíduos, essa apropriação é permeada pelas relações de poder e “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), esse ator então territorializa o espaço ao se apropriar do mesmo, seja concreta ou abstratamente. O território assim definido se configura como o lugar de construção das identidades, é onde elas estão postas, é o sentimento de pertencimento que leva a apropriação e identificação.

Na mesma linha para Santos “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS, 2004, p. 1), por um lado é o resultado de diversos tempos históricos e da acumulação material das ações humanas e, de outro é “animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2004, p. 69).

Independente da ênfase dada ao conceito, o que se pode afirmar é que a definição de território tem recebido atenção especial dos pesquisadores das ciências sociais, enquanto se diferencia da definição de espaço e se aprofunda o processo de globalização e de fragmentação dos territórios e como destaca Harvey (2005, p. 140) essas “redefinições externamente impostas de regiões e territórios, de maneira pela qual, primeiramente, as relações espaciais e as configurações geográficas se produzem passa, na maioria dos casos, despercebida ou ignorada” (HARVEY, 2005, p. 140).

Trazendo para o objeto em estudo, a formação do território Riograndense possui profunda relação com a configuração natural e as relações de poder estabelecidas nos séculos XVIII e XIX, já que “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1982, p. 4).

Nesse sentido, enquanto a região de campos (ao sul), resultado da distribuição das sesmarias, se configurou a partir do latifúndio e da exploração da mão de obra escravizada, deixando como herança uma região com profundas desigualdades sociais, e de desenvolvimento estagnado, a região de matas (ao norte), tardiamente povoada e a região da encosta inferior e superior do Planalto Central, se configuraram tendo como base a mão de obra imigrante e a pequena propriedade, ocupadas efetivamente somente a partir do século XIX³. Percebe-se assim, uma forte influência das condições naturais no processo de ocupação das terras riograndenses, o sul dos campos, propícios à criação do gado e estratégico para a defesa e o norte, da mata, “considerada o grande empecilho para a expansão da atividade da pecuária em direção ao Planalto” (ETGES, 2001, pág. 3).

Essa compreensão é importante pois,

toda concepção de espaço pressupõe uma de tempo, de processo histórico, que compreendemos aqui enquanto um entremeado de fluxos e processos, que coexistem espaço-temporalmente e tendem a se tornar hegemônicos em determinados momentos e espaços, condicionados e propiciados pelas circunstâncias e práticas sociais, econômicas, políticas, culturais etc. e pelas correlações entre os diversos setores da sociedade [...] Neste sentido não podemos estudar a organização do espaço social sem ter claro o que lhe antecede e sucede. Não numa perspectiva evolutiva de sucessão/substituição, mas numa perspectiva dialética de (re) e (de) construção e (re) e (dis) solução. (LIMONAD, 2004, p. 56)

Porém, à medida que as relações sociais e espaciais vão ficando mais complexas, as territorialidades se estabelecem e o processo de globalização avança, a visão determinista da natureza e do espaço já não dão conta de explicar a realidade atual e os usos atribuídos ao território. Ainda que se possa considerar o processo de expansão colonial como um prenúncio da globalização, ou uma primeira globalização, as forças que agem sobre o território na atualidade são guiadas por “interesses econômicos, sociais, políticos e culturais” em suas mais diversas escalas e “são estes, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais” (ETGES, 2001, p. 3).

Importante atentar para a definição de região que, assim como a de território, deixa de ser pensada apenas a partir das características naturais se configurando como “uma construção social que atende interesses políticos precisos, mesmo em se tratando de uma região funcional, ou da região natural”, o que reforça a necessidade de se pensar o desenvolvimento

³ Alonso et al (1994) propõem, dentro desta mesma lógica, a subdivisão do estado em três regiões: a Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz. A Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, onde a produção inicialmente diversificada cedeu espaço para às lavouras mecanizadas de trigo e soja. E a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, além de grandes concentrações urbanas. Estas duas últimas constituem a chamada Metade Norte do Rio Grande do Sul (*apud*, BATISTA, SILVEIRA E ALVES, 2015).

a partir das diferenças regionais enquanto que “o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região” (LIMONAD, 2004, p. 57 -58).

Os elementos naturais que fizeram com que a Região Sul apresentasse um maior desenvolvimento durante o século XIX, determinaram a expansão do latifúndio, baseado na criação de gado para a produção do charque, a decadência da produção do charque e a falta de capacidade para sustentar o processo de industrialização deu início à estagnação que permanece na atualidade. Já a Região Norte, onde foi estabelecida uma diversificação da base produtiva tanto agrícola como industrial, apresentou um desenvolvimento mais acentuado entre os séculos XX e XXI.

A tabela 1, representa a diminuição da participação da Região Sul e o aumento da participação das Regiões Norte e Nordeste⁴ na composição do PIB (Produto Interno Bruto) do Rio Grande do Sul em cinco períodos diferentes, durante o século XX e início do século XXI. Destaca-se que, apesar do PIB não representar o desenvolvimento integral em termos de indicadores sociais - apenas econômicos - essa diferença é percebida também quando são comparados o IDH o (Índice de Desenvolvimento Humano) e o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) das regiões em questão.

Tabela 1- Participação das regiões Nordeste, Norte e Sul no Produto Interno Bruto (PIB)

Região	1939	1959	1970	1980	2002
Nordeste	33,03	40,14	47,86	51,20	53,44
Norte	28,65	30,40	28,17	25,70	28,53
Sul	38,33	29,43	23,95	23,09	18,03
Total RS	100	100	100	100	100

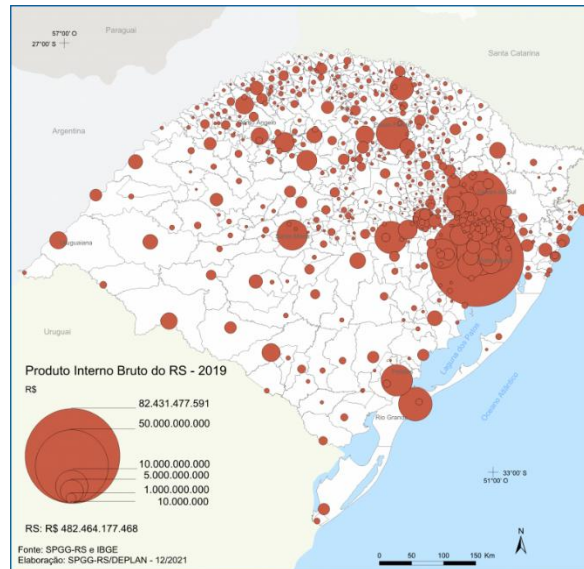
Adaptado Alonso et al. 1994. Dados da FEE (2004)

Fonte: BATISTA, SILVEIRA E ALVES, 2015

Já a Figura 1 representa a diferença entre as três regiões no ano de 2019. Na região Sul nota-se em destaque somente os municípios de Rio Grande e Pelotas, que possuem uma economia mais diversificada, mas a participação mais relevante permanece nas regiões Nordeste e Norte.

⁴ As Regiões Norte e Nordeste coincidem com as RF's (Regiões Funcionais de Planejamento) 1, 2, 3, 8 e 9 (REGIC 2018).

Figura 1- PIB total do estado do RS – dados de 2019



Fonte - Atlas Socioeconômico RS, 2022.

Ainda que a Metade Sul, nas últimas décadas, tenha experimentado uma diversificação na produção através da orizicultura, fruticultura, silvicultura e floricultura, estas atividades se mantêm vinculadas à grande propriedade, não alterando o quadro de estagnação econômica e de desigualdade social. Ao contrário, parecem ter intensificado a fragmentação territorial, abrindo espaço às forças verticalizantes, que tendem a intensificar a falta de coesão social dessa região.

De acordo com Cargnin, essa situação “gerou as condições para que, ao longo dos anos, fosse construído um discurso em favor do estabelecimento de políticas individualizadas para o desenvolvimento e a reconversão produtiva dessa Região” (CARGNIN, 2014, p. 66).

Nessa perspectiva percebe-se que os arranjos existentes se constituíram em resistência à mudança. Mas neste caso a resistência é benéfica, enquanto fundada em princípios retrógrados de dominação e manutenção das relações econômicas e sociais estabelecidas desde a colonização?

A região, mais do que nunca, não é um consenso, as regionalizações com vistas ao desenvolvimento não são unânimes, já que em muitos casos atendem a interesses específicos de um setor hegemônico, principalmente quando se trata de países periféricos, onde esses processos são permeados pelo mercado global⁵. Deste modo, as

⁵ CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), criada em 1948, é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à

diferenças/desigualdades entre as regiões não devem ser tratadas como problemas e sim como atributos particulares de cada uma delas e a partir desses atributos traçar caminhos possíveis para o desenvolvimento regional, pois é “por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local (inclusive, tradição de lutas de classes), que se dá um significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais” (HARVEY, 2005, p. 145).

A complexidade do tema, assim como de atores e interesses envolvidos não devem ser empecilhos para a busca de uma solução. São elementos que, se trabalhados de forma articulada e participativa, podem estabelecer um equilíbrio entre os interesses dos grupos hegemônicos e os interesses locais, através do fortalecimento dos movimentos sociais e da articulação entre os diversos atores (capital, estados e diferentes grupos).

Considerações finais

A questão espacial foi incluída de forma gradual nas discussões acerca do desenvolvimento econômico. O espaço, visto como algo abstrato e como um limite a ser vencido, em termos de aumento de produtividade, passou por atualizações na medida em que as categorias território e região foram dando conta da complexidade deste tema.

Ao analisar o contexto de formação do território riograndense essa relação fica bastante clara em termos de espaço e território como campos de disputa e poder. Com a expansão do sistema de produção capitalista, da economia global, da ação vertical das forças produtivas, muitas vezes, não se reconhece a origem espacial dessas forças (enquanto informação) e é neste momento que as forças locais são convocadas, como forma de resistência às forças verticalizantes.

Deste modo faz-se necessário compreender de forma mais profunda a formação, a reprodução, a manutenção ou a total eliminação das particularidades como consequência da ação das forças externas, para que a partir desses elementos seja possível se pensar em um desenvolvimento de bases regionais, processo que passa pelo fortalecimento das regiões e consequentemente da coesão social, cultural e territorial.

REFERÊNCIAS:

RIO GRANDE DO SUL. *Atlas socioeconômico do RS*. 5ª ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, julho de 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 05/05/2021.

sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. (CEPAL, 2021).

BATISTA, Inajara Martins; SILVEIRA, Vicente C. Pires; ALVES, Flamarion Dutra. *As desigualdades regionais no rio Grande do Sul e o setor agropecuário: Uma análise econômica*. Anais do I congresso internacional de Desenvolvimento Regional e agroindústria familiar. São Luis Gonzaga: 2015.

CARGNIN, Antonio Paulo. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. 1. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014. 236 p.

CARRASCO, André de Oliveira Torres. *O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia*. Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Vol. 14(3). Campinas: Setembro-Dezembro 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3874>. Acesso: 04/03/2021.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2 ed. Vol. II. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIDADE, Lucia C.F.; VARGAS, Gloria M.; JATOBÁ, Sergio U. *Regime de acumulação e configuração do território no Brasil*. Cadernos Metrópole, São Paulo, 20 p.13-35, 2º sem. 2008. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8634>. Acesso em: 06/04/2021.

DARONCO, Leandro Jorge. *À sombra da Cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul, segundo os processos criminais. (1840-1888)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. UPF: Passo Fundo, 2006.

ETGES, Virginia Elisabeta. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&MP, 2002.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMONAD, Ester. *Brasil séc. XXI? Regionalizar para que, para quem?* In: LIMONAD, et al. *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. ANO I - Nº 1 - JAN-JUN 1999 - PUBLICAÇÃO ONLINE EM DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_01/edicao1.htm. Acesso em 04/05/2021.

_____. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Revista Território, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999.

_____. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.